

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Martin Gilbert

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Tradução de
Francisco Paiva Boléo

a esfera  dos livros

A Esfera dos Livros
Rua Garrett, n.º 19, 2.º A
1200-203 Lisboa — Portugal
Tel. 213 404 060
Fax 213 404 069
www.esferadoslivros.pt

Distribuição: Sodilivros, SA
Praceta Quintinha, lote CC4 — 2.º Piso R/c e C/v
2620-161 Póvoa de Santo Adrião
Tel. 213 815 600
Fax 213 876 281
geral@sodilivros.pt

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Título da edição original: First World War
© Martin Gilbert, 1994
© A Esfera dos Livros, 2007

1.ª edição: Fevereiro 2007

Capa: Companhia
Tradução: Francisco Paiva Boléo (Vernáculo, Lda.)
Revisão: Vernáculo, Lda.
Paginação: Constança Santana (Vernáculo, Lda.)
Impressão e Acabamento: Tilgráfica

Depósito legal n.º 252370/07
ISBN 978-989-626-049-1

ÍNDICE

Lista de mapas	9
Introdução	13
Agradecimentos	25
Capítulo I. PRELÚDIO DA GUERRA	29
Capítulo II. «LOUCO DE ALEGRIA» <i>28 de Junho-4 de Agosto de 1914</i>	51
Capítulo III. PRIMEIROS COMBATES <i>Agosto-Setembro de 1914</i>	79
Capítulo IV. DE MONS AO MARNE <i>Agosto-Setembro de 1914</i>	107
Capítulo V. ESCAVAR: O INÍCIO DA GUERRA DE TRINCHEIRAS <i>Setembro-Outubro de 1914</i>	139
Capítulo VI. A CAMINHO DO PRIMEIRO NATAL: «LAMA E LODO E VERMES» <i>Novembro-Dezembro de 1914</i>	169
Capítulo VII. IMPASSE E PROCURA DE SOLUÇÕES <i>Janeiro-Março de 1915</i>	203
Capítulo VIII. DESEMBARQUES EM GALÍPOLI <i>Abril-Maio de 1915</i>	235
Capítulo IX. A ENTENTE EM PERIGO <i>Maio-Junho de 1915</i>	245
Capítulo X. AS POTÊNCIAS CENTRAIS EM ASCENSÃO <i>Junho-Setembro de 1915</i>	277
Capítulo XI. A ENTENTE CONTINUA A FRACASSAR <i>Setembro-Dezembro de 1915</i>	305
Capítulo XII. «ESTA GUERRA TERMINARÁ EM VERDUN» (O KAISER) <i>Janeiro-Abril de 1916</i>	343

Capítulo XIII. «A EUROPA ESTÁ LOUCA. O MUNDO ESTÁ LOUCO.»	
<i>Abril-Junho de 1916</i>	371
Capítulo XIV. A BATALHA DO SOMME: «VAI SER UM SANGRENTO HOLOCAUSTO»	
<i>Junho-Agosto de 1916</i>	391
Capítulo XV. GUERRA EM TODAS AS FRENTE	
<i>Agosto-Dezembro de 1916</i>	425
Capítulo XVI. INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA	
<i>Novembro de 1916-Junho de 1917</i>	451
Capítulo XVII. GUERRA, DESERÇÃO, AMOTINAÇÕES	
<i>Abril-Junho de 1917</i>	485
Capítulo XVIII. IMPASSE NO OCIDENTE, AGITAÇÃO NO ORIENTE	
<i>Julho-Setembro de 1917</i>	511
Capítulo XIX. BATALHA DE PASSCHENDAELE; REVOLUÇÃO NA RÚSSIA	
<i>Setembro-Novembro de 1917</i>	539
Capítulo XX. OS TERMOS DA GUERRA E DA PAZ	
<i>Novembro-Dezembro de 1917</i>	557
Capítulo XXI. AS POTÊNCIAS CENTRAIS À BEIRA DO TRIUNFO	
<i>Janeiro-Março de 1918</i>	583
Capítulo XXII. A ÚLTIMA GRANDE INVESTIDA ALEMÃ	
<i>Março-Abril de 1918</i>	601
Capítulo XXIII. «A BATALHA, A BATALHA, É A ÚNICA COISA QUE IMPORTA» (FOCH)	
<i>Abril-Junho de 1918</i>	615
Capítulo XXIV. CONTRA-ATAQUE ALIADO	
<i>Junho-Agosto de 1918</i>	637
Capítulo XXV. MUDANÇA DA MARÉ	
<i>Agosto-Setembro de 1918</i>	669
Capítulo XXVI. COLAPSO DAS POTÊNCIAS CENTRAIS	
<i>Outubro-Novembro de 1918</i>	697
Capítulo XXVII. O ARMISTÍCIO FINAL	
9-11 de Novembro de 1918	731
Capítulo XXVIII. CONSTRUÇÃO DA PAZ E MEMÓRIAS	743
Capítulo XXIX. «... EM MEMÓRIA DESTA GRANDE COMPANHIA»	771
Notas	799
Bibliografia	825
Mapas	835
Índice remissivo	865

MAPAS

Regiões

1	A Europa em 1914	837
2	O Mediterrâneo	838
3	Estados Unidos e Canadá	838
4	Grã-Bretanha	839
5	Alemanha	840
6	Áustria-Hungria	841
7	Império Otomano	842
8	Bulgária, Mar Negro e Mar Egeu	843
9	Frentes da Guerra	844

Campanhas

10	Frente Ocidental, 1-22 de Agosto de 1914	845
11	Frente Ocidental, 1914, de Mons ao Marne	846
12	Frente Ocidental, 1914-1915	847
13	Frente Oriental, 1914-1916	848
14	Os Dardanelos e Galípoli	849
15	Frente de Itália	850
16	Sérvia	851
17	Verdun	852
18	Frente de Salonica	852
19	O Somme	853
20	Bucovina, Transilvânia, Roménia	854
21	Frente Ocidental, 1916-1917	855
22	Palestina e Síria	856

23	Mesopotâmia	857
24	Frente Oriental, 1917-1918	858
25	Frente Ocidental, 1918	859
26	Frente Ocidental, os últimos três meses	860
27	Sibéria	861

Pós-Guerra

28	Perdas territoriais alemãs na Europa	861
29	Perdas alemãs nas colônias	862
30	Fragmentação da Áustria-Hungria	862
31	Desintegração do Império Otomano	863

A corrida não é para os ágeis nem a batalha para os bravos... todos estão à mercê das circunstâncias e da sorte.

ECLESIÁSTICO, 9, 11

INTRODUÇÃO

Na Primeira Guerra Mundial morreram mais de nove milhões de soldados de Infantaria, Marinha e Força Aérea. Calcula-se que morreram também cinco milhões de civis em consequência da ocupação, de bombardeamentos, fome e doenças. O assassinato em massa de arménios em 1915 e a epidemia de gripe que teve início enquanto ainda decorria a guerra, foram dois dos factores que provocaram maior destruição. A fuga de sérvios da Sérvia em finais de 1915 constituiu outro episódio cruel em que pereceram civis em grande número; e também o bloqueio naval Aliado à Alemanha, que teve como resultado a morte de mais de setecentos e cinquenta mil civis alemães.

Entre 1914 e 1918, desenrolaram-se duas guerras muito diferentes. A primeira foi uma guerra de tropas de Infantaria, Marinha e Força Aérea, de marinheiros da marinha mercante e de populações civis sob ocupação, em que o sofrimento individual e a angústia atingiram uma escala massiva, em particular nas trincheiras da linha da Frente. A segunda, foi uma guerra de Gabinetes de Guerra e de soberanos, de propagandistas e idealistas, repleta de ambições e ideais políticos e territoriais, que determinaram o futuro dos impérios, nações e povos, de modo tão contundente como no campo de batalha. Houve momentos, particularmente em 1917 e 1918, em que a combinação da guerra dos exércitos com a guerra das ideologias conduziu à revolução e à capitulação, e à emergência de novas forças

nacionais e políticas. A guerra alterou o mapa do destino da Europa da mesma forma que cauterizou a sua pele e deixou marcas na sua alma.

Enquanto aluno da escola primária logo depois da Segunda Guerra Mundial, eu estava bem consciente da Primeira Guerra Mundial, apesar de ter terminado vinte e sete anos antes. O porteiro da escola, o sr. Johnson, que tinha estado na infantaria da Marinha britânica, era um veterano do ataque naval a Zeebrugge em 1918, e dizia-se que tinha sido recomendado para a atribuição de uma Medalha ao Valor. O reitor, Geoffrey Bell, tinha recebido a Cruz Militar na Frente Ocidental, apesar de perante os alunos demonstrar um espírito pacifista. Um dos meus primeiros professores de História, A. P. White, tinha também combatido nas trincheiras: costumava andar para lá e para cá na sala de aula, com uma escova ao ombro, enquanto entoava canções militares. Quando comecei a trabalhar neste livro, foram publicadas as suas cartas enviadas das trincheiras, que revelavam grande sofrimento e sensibilidade. O irmão mais velho do meu pai, o meu tio Irving, tinha lutado no Somme: a sua experiência tinha-o aterrorizado, e nós, os rapazes da família, tínhamos sido advertidos para não lhe fazermos perguntas sobre esse assunto. Morreu enquanto eu escrevia este livro, tinha noventa e três anos.

Enquanto eu prestava serviço militar, em 1954-1955, a Primeira Guerra Mundial era uma recordação permanentemente presente. O regimento de infantaria em que fiz a minha recruta, os Wiltshires, tinham perdido um batalhão em Reutel, no Saliente de Ypres, quando foram mortos 1000 homens em Outubro de 1914, e os poucos sobreviventes foram feitos prisioneiros. Outro batalhão foi praticamente chacinado, em poucos minutos, nas encostas de Chunuk Bair, na Península de Galípoli, em 1915. Um terceiro batalhão foi encurralado pela artilharia naval alemã na Frente de Salonica, em 1917. Durante as minhas pesquisas académicas, qualquer que fosse o assunto em que estivesse a trabalhar, fosse o Império Britânico na Índia na viragem do século ou o estabelecimento do domínio soviético na Ucrânia na década de 1920, a Primeira Guerra Mundial continuava a impregnar as minhas pesquisas. O meu supervisor de História da Índia, C. C. Davies, tinha sido ferido na Frente Ocidental, e esse ferimento ainda o incomodava. O meu trabalho em Geografia Histórica

no início da década de 1960, levou-me ao apartamento de Arnold Toynbee, em Londres. Na mísula da chaminé da lareira havia fotografias de meia dúzia de jovens em uniforme. Perguntei-lhe quem eram eles. Disse-me que eram os seus melhores amigos na universidade, antes de 1914; todos tinham morrido nas trincheiras.

Ao longo de várias décadas, as minhas viagens levaram-me a muitas zonas de guerra e a locais associados à guerra. Em 1953, encorajado por um dos meus professores de História, Alan Palmer, andei por várias regiões onde os memoriais da guerra me fizeram ver as diferentes perspectivas da guerra: e também fui a Viena, onde o Hofburg e a Ballhausplatz me fizeram recordar tanto o velho imperador como os seus ministros dos Negócios Estrangeiros; a Liubliana, que com Laibach tinha sido uma das cidades cuja população eslava tinha conseguido tornar-se independente da Áustria e cujos soldados se irritaram com o facto de terem de manter o Império dos Habsburgo; e a Veneza, ameaçada em 1917 pela chegada iminente do exército austríaco.

Em Junho de 1957, em Sarajevo, estive no preciso local onde Gavrilo Princip disparou o tiro fatal em Junho de 1914. Mais tarde, ainda sob o regime comunista na Jugoslávia, Princip era aclamado como um dos precursores da independência nacional. Num bloco de cimento foram gravadas duas pegadas, que comemoram o acto que mergulhou a Europa num conflito que durou quatro anos. Em Belgrado, nesse ano, olhei, através do rio, para o local de onde os austríacos tinham bombardeado a capital da Sérvia no primeiro dia de guerra. Uma década depois, fui com o meu pai à Frente Ocidental: estivemos em Arras, a leste da qual os cemitérios militares são os últimos vestígios das batalhas de 1917 e 1918, e a Ypres, onde todas as noites, às oito horas da noite, ouvimos o Toque de Silêncio, tocado na Porta de Menin, por dois membros do Corpo de Bombeiros de Ypres.

Ao som das cornetas, sob o vasto arco da Porta de Menin, todo o tráfego parava. Esse trabalho era em parte custeado por um legado de Rudyard Kipling, cujo filho tinha morrido em Ypres. Nas paredes e colunas da porta monumental estão gravados os nomes de 54 896 soldados britânicos mortos no Saliente de Ypres entre Outubro de 1914 e meados de Agosto de 1917, que não têm sepultura. Estão con-

servadas em pedra as marcas de metralha da batalha que ali se desenrolou na Segunda Guerra Mundial. Os últimos pedreiros estavam ainda a trabalhar na gravação dos nomes de 1914-1918 quando chegaram os exércitos alemães, como conquistadores, em Maio de 1940. Os pedreiros foram repatriados para Inglaterra.

Partindo da Porta de Menin, o meu pai e eu caminhámos até ao Saliente, com mapas das trincheiras na mão, lendo, no local de cada batalha, os acontecimentos descritos nos vários volumes da história oficial, do general Edmond, as cartas e recordações de soldados e a poesia. Ficámos em silêncio, como em silêncio estavam todos os visitantes, no memorial de Tyne Cot, em Passchendaele, onde estão gravados os nomes de 34 888 soldados mortos no saliente entre meados de Agosto de 1917 e o final da guerra, em Novembro de 1918, de quem não foram encontrados traços suficientes para uma identificação para sepultamento. No cemitério em frente do memorial há mais de 11 000 sepulturas com nomes. Nem mesmo a bem tratada relva, as flores cuidadosamente tratadas e as árvores com cinquenta anos de idade podem fazer esquecer o chocante impacto de tantos nomes e tantas sepulturas. Não longe, em Menin, que esteve em poder dos alemães durante toda a guerra, excepto um mês, visitámos o cemitério militar, onde estão sepultados 48 049 soldados alemães.

Quinze anos depois da minha visita ao local onde foi assassinado o arquiduque Francisco Fernando, em Sarajevo, onde se pode dizer que a Primeira Guerra Mundial teve início, dirigi-me a uma clareira no bosque, perto de Rethondes, em França, para ver uma réplica da carruagem de caminho-de-ferro na qual os alemães assinaram o armistício, em Novembro de 1918. Foi na mesma carruagem que Hitler insistiu em receber a rendição da França, em Junho de 1940. Há relacionamentos entre as duas guerras que nos trazem à lembrança que decorreram apenas vinte e um anos entre elas. Muitos daqueles que lutaram nas trincheiras na Primeira Guerra Mundial foram líderes na Segunda Guerra Mundial, como Hitler, Churchill e de Gaulle, ou, à semelhança de Rommel, Jukov, Montgomery e Gamelin, foram comandantes na segunda. Outros, como Ho Chi Min, que se fez voluntário para servir com os franceses como ordenança vietnamita na Primeira Guerra Mundial, e Harold MacMillan,

que combateu e foi ferido na Frente Ocidental, destacaram-se depois da Segunda Guerra Mundial.

Em 1957, visitei as zonas de batalha na fronteira russo-turca e as povoações em que centenas de milhar de armênios foram massacrados no primeiro ano da guerra. Dez anos depois, estive no cemitério militar de Gaza, onde as lápides tumulares, propositadamente baixas devido à possibilidade de haver tremores de terra, recordam a morte de milhares de soldados que pereceram num dos mais ferozes recontros anglo-turcos. Estive no local, imediatamente nas imediações de Jerusalém, onde dois soldados britânicos, que de manhã cedo andavam à procura de ovos, viram aproximar-se deles um grupo de dignitários, que incluía sacerdotes, imãs e rabinos, que lhes ofereceram, em vez de alimentos, a rendição da Cidade Santa. Com início em 1969, fiz viagens durante três anos consecutivos à Península de Galípoli, lendo em voz alta trechos da história oficial da guerra, em dois volumes, de Aspinall-Oglander, e também outras obras em muitas das praias onde se fizeram desembarques, em barrancos e colinas da península. O contraste entre a sua beleza e tranquilidade actuais, e o conhecimento das lutas e sofrimento que ali houve em 1915, nunca deixou de me perseguir.

Durante o meu trabalho sobre Winston Churchill, li também em voz alta, nos pátios das quintas em que ele as escreveu, as cartas diárias de Churchill para a sua mulher, enviadas das trincheiras na Frente Ocidental, nas quais ele reconhecia o sofrimento daqueles que não poderiam regressar, como ele pôde, seis meses depois, ao conforto da vida civil em Londres. Oito anos antes do início da guerra em 1914, numa carta particular para a sua mulher, escrita durante as manobras do exército alemão em Würzburgo, para as quais ele tinha sido convidado pelo *kaiser*, Churchill escreveu: «Por mais que a guerra me atraia e a minha mente se fascine com as suas situações tremendas, sinto mais profundamente, de ano para ano – e posso medir esse sentimento aqui, rodeado de armas –, quão vil e perversa loucura e barbárie é tudo isto.»

Em 1991, poucos meses depois da queda da Cortina de Ferro, eu estava na Ucrânia recentemente independente, e andei pelos antigos quartelamentos austríacos na antiga cidade fronteiriça de Brody, através dos quais o exército russo marchou com tanta confiança em

1914, durante o seu triunfo inicial, e da qual foi expulso menos de um ano depois. Apesar de decisão de Lenine e dos bolcheviques de se retirarem da guerra em Março de 1918, a luta na Frente Oriental continuou, principalmente na forma de guerra civil, e depois como guerra russo-polaca, que durou mais dois anos do que no ocidente. Na estrada de Brody a Lvov passei pela grande estátua de bronze cujo cavaleiro aponta (ou apontava na altura, antes de ter sido retirado tudo o que era comunista) triunfantemente para Varsóvia. Este significativo par comemorava a tentativa bolchevique de invadir a Polónia em 1920. À semelhança dos seus compatriotas russos, que se tinham esforçado, seis anos antes, por reter a Polónia, tinham lutado e morrido em vão. Em Varsóvia, estive várias vezes ao longo dos anos, no monumento ao soldado desconhecido: comemora não um soldado desconhecido da guerra de 1914-1918, como na abadia de Westminster ou sob o Arco de Triunfo, mas uma vítima desconhecida da Guerra Russo-Polaca de 1920.

Durante quatro décadas, muitos militares falaram comigo acerca das suas experiências em todas as frentes. Eu próprio, quando era um jovem soldado, em 1954 e 1955, estive em casa de veteranos de guerra, onde viviam e morriam os poucos sobreviventes das trincheiras. No decurso das minhas pesquisas históricas, que tiveram início em 1960, falei com muitos militares de Infantaria, Marinha e Força Aérea de todos os exércitos beligerantes. As suas recordações e as cartas e documentos que conservaram, constituíram uma janela aberta para o passado. E tive o encorajamento pessoal de um dos historiadores da Primeira Guerra Mundial, Sir John Wheeler-Bennett, e três dos meus superiores quando estive no Merton College, em Oxford, como investigador, em 1962, Alistair Hardy, Hugo Dyson e Michael Polanyi, que tinham tido conhecimento dos lados mais nobre e mais terríveis daquela guerra distante, Hardy e Dyson como soldados na Frente Ocidental, Polanyi como oficial-médico no exército austro-húngaro.

Durante o meu trabalho sobre Churchill, estive com o general Savory, de oitenta anos de idade, que tinha prestado serviço em Galípoli, e que me convidou a passar com o meu dedo no orifício no seu crânio, causado por uma bala turca. Depois, servira na Mesopotâmia e na Sibéria. Um aviador, Richard Bell Davies, que

também tinha lutado em Galípoli, onde lhe foi atribuída a Victoria Cross, tirou da carteira um pedaço de papel higiênico do tempo da guerra onde estava impresso um retrato do *kaiser* alemão e com as palavras: «Limpa o teu rabo a mim.»

Dois outros soldados que serviram na Frente Ocidental desde as primeiras semanas, influenciaram-se com a sua amizade e os seus escritos. Um foi o pintor francês, Paul Maze, Medalha por Conduta Distinta, Medalha de Mérito com barra, Cruz de Guerra, que foi viver para Inglaterra depois da Primeira Guerra Mundial, e que fugiu de França quando os alemães entraram em Paris, em Junho de 1940. Servira na Frente Ocidental como perito de reconhecimento durante quatro anos, e foi testemunha das principais ofensivas britânicas. O outro foi o político britânico, general-de-brigada sir Edward Louis Spears, Cruz Militar, que entrou para o Parlamento depois da Segunda Guerra Mundial, e em Junho de 1940 conduziu o general de Gaulle a Inglaterra. Tanto Maze como Spears conseguiram, nos seus livros e nas suas palestras sobre a Primeira Guerra Mundial, traçar um retrato em palavras das acções e ambiente na Flandres, as esperanças dos soldados e os perigos dessa viagem de quatro anos, desde a declaração de guerra em 1914 até ao armistício em 1918.

A 3 de Setembro de 1976, um dia que recordo muito bem, almocei com Anthony Eden (então conde de Avon) em sua casa no Wiltshire. Falou sobre episódios da Segunda Guerra Mundial, cujo início ocorrera precisamente trinta e sete anos antes, e na qual o seu filho de vinte e sete anos, Simon, piloto da Real Força Aérea, foi morto em combate, na Birmânia, em Junho de 1945. Falámos da decisão britânica de ir em ajuda da Grécia em 1941 e dos perigos de um colapso da Rússia, e inclusivamente de uma paz separada nazi-soviética, em 1942.

Na nossa conversa houve muitos ecos da Primeira Guerra Mundial, incluindo a decisão britânica de ajudar a Sérvia em 1915 (através do mesmo porto, Salonica, por meio do qual a Grécia recebeu ajuda em parte em 1941) e o impacto da retirada russa da guerra em 1917. Uma das mais vívidas memórias de Eden, foi terem-lhe dito, enquanto estava nas trincheiras da Frente Ocidental, que o seu irmão Nicholas tinha sido morto em combate na Batalha da Jutlândia, em 1916. Nicholas Eden, encarregado de uma torreta do *Indefatigable*, tinha apenas dezasseis anos quando morreu.

Harold MacMillan também me auxiliou no meu trabalho sobre Churchill, por meio de correspondência e conversas em casa dele e na minha, mas foi só quando escrevi este livro que soube que a sua escrita insegura, os seus apertos de mão pouco firmes e a sua forma arrasada de andar eram resultado de ferimentos sofridos em combate em 1916.

Nas minhas viagens fiquei a saber que não há nenhuma área na Europa em que não haja memoriais e monumentos da Primeira Guerra Mundial. Cidades como Varsóvia e Lille, Bruxelas e Belgrado conheceram bem os rigores da ocupação em duas guerras mundiais. De Praga e Budapeste, Berlim e Viena, Constantinopla e Atenas, Paris e Roma, Londres e Nova Iorque, Cidade do Cabo e Bombaim, saíram tropas que se deslocaram para zonas de guerra, e os que regressaram, depois do choque e prolongamento da batalha, encontraram cidades, pelo menos na Europa, onde a privação e a mágoa tinham substituído o efêmero entusiasmo anterior. Em todas as cidades há monumentos que recordam as perdas.

Enquanto viajava, estudei textos e iconografia dos memoriais de guerra por todo o lado. Esses memoriais testemunham todas as formas de destruição, desde sepulturas individuais de soldados e civis até monumentos que recordam a morte de mais de meio milhão de cavalos nas zonas de guerra, e 15 000 que morreram afogados, a caminho da guerra: esses memoriais constituem uma recordação crua, muitas vezes bela, por vezes grotesca, da destruição. A sua inauguração, como sucedeu em 1936 no memorial canadiano das colinas de Vimy, prolongaram o impacto da retrospecção. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, era a visão dos veteranos condecorados na Primeira Guerra Mundial que provocava maior impacto nos desfiles do Dia do Armistício. Em Boulogne, em 1974, assisti ao desfile de antigos soldados de ambas as guerras, conduzidos por um encurvado sobrevivente da Batalha do Marne, sessenta anos antes, a quem foi atribuído um lugar de destaque à cabeça do desfile.

As batalhas constituíram o enquadramento e relato diário da guerra, mas amotinações, greves e revolução ecoaram na pegada dos homens em combate, da mesma forma que o trabalho de milhões de pessoas em fábricas e batalhões de trabalho. O gás de mostarda era um perigo extra para os combatentes. Os submarinos enviaram mi-

lhares de marinheiros mercantes, militares e civis para sepulturas anónimas. Bombardeamentos aéreos acrescentaram uma dimensão civil de terror. Por trás das linhas, milhões de cidadãos sofreram de fome e privações.

As minhas pesquisas levaram-me a vários livros nos quais a Primeira Guerra Mundial ocupa um lugar importante, entre os quais *Sir Horace Rumbold, Portrait of a Diplomat*, que trata do impacto da guerra da perspectiva de um diplomata britânico em Berlim; os terceiro e quarto volumes da biografia de Churchill, em que constam os Dardanelos, a Frente Ocidental e a guerra de munições; e o *Atlas da Primeira Guerra Mundial*, que cobre todas as frentes e aspectos do conflito. O impacto da guerra nas aspirações judaicas e árabes no Médio Oriente foi objecto de três capítulos de *Exile and Return, The Struggle for a Jewish Homeland*. O impacto da guerra nos três tratados de paz e os anos entre-guerras foram objecto de cartas e documentos que publiquei em 1964 em *Britain and Germany Between the Wars*.

Também em 1964, pouco depois de ter entregado a uma agência de mecanografia o manuscrito do meu livro, *The European Powers 1900-1945*, a directora da agência, sra. Wawerka, quis encontrar-se comigo. No livro, eu tinha atribuído à Áustria parte da responsabilidade pelo início da guerra em 1914, o que a desconcertou e magoou. Ela tinha nascido e estudado em Viena; como judia, tinha sido forçada a abandonar a Áustria em 1938, mas sabia que a Áustria estava inocente de qualquer responsabilidade nos acontecimentos de 1914. A culpa devia ser atribuída (e eu deveria ter dito isso) aos sérvios e aos russos.

O episódio teve em mim um grande impacto, como teve também a descrição da sra. Wawerka da fome desesperada que houve em Viena durante a guerra, e a injustiça, segundo o ponto de vista dela, dos acordos do pós-guerra que desmantelaram o Império dos Habsburgo.

Para alguns, foi uma guerra para castigar e punir. Para outros, tornou-se a guerra que acabaria com todas as guerras. O seu nome, Grande Guerra, indicava a sua escala sem precedentes. Contudo, foi seguida de uma segunda guerra ainda mais destrutiva, e por outras guerras «menores» por todo o mundo. Em Janeiro de 1994, calcula-

va-se que decorriam trinta e duas guerras algures na terra. A Primeira Guerra Mundial continua a ter o seu lugar na discussão destes conflitos modernos. Em Dezembro de 1993, quando escrevia este livro, um jornalista da televisão britânica, ao comentar a ausência de uma trégua de Natal na Bósnia, reportou, com uma trincheira como fundo: «Em torno de Vitez, o sistema de trincheiras recorda a Primeira Guerra Mundial, onde nem falta a lama.» A trincheira mostrada não era particularmente lamacenta, nem estava alagada, nem estava sob fogo de artilharia, mas as imagens da Primeira Guerra Mundial mantiveram-se durante oitenta anos, e ao longo de várias gerações. Um relativamente curto período de tempo, uma guerra que durou quatro anos e três meses, inspirou, confundiu e perturbou todo o século.

Algumas das mudanças políticas que a Primeira Guerra Mundial criou foram tão destrutivas como a própria guerra, tanto no que respeita à vida como à liberdade, e perpetuaram a tirania durante mais de meio século. Algumas alterações de fronteiras na Primeira Guerra Mundial, com a intenção de corrigir erros antigos, são ainda hoje causa de disputas e de conflitos.

Em 1923, na introdução ao seu livro, *The Irish Guards in the Great War*, Rudyard Kipling escreveu: «O que mais surpreende o compilador destes dados é que se possa retirar qualquer dado concreto da voragem da guerra.» Desde os primeiros tiros, há oitenta anos, vários autores fizeram pesquisas tanto sobre factos principais como sobre os mais obscuros episódios da guerra, e também sobre o que têm de enigmático. Este livro é uma tentativa de transmitir as minhas próprias pesquisas, sentimentos e perspectivas sobre um acontecimento que, à semelhança do Holocausto em anos posteriores, deixou uma marca indelével no mundo ocidental. É também uma tentativa de descrever, num quadro de comandantes, estratégias e grandes números, a história de indivíduos.

Se a cada um dos nove milhões de militares mortos na Primeira Guerra Mundial fosse dedicada uma página, a recordação dos seus feitos e sofrimentos, das suas esperanças em tempo de guerra, a sua vida e amores de antes da guerra, ocuparia vinte mil livros com as dimensões deste. O sofrimento individual não é uma coisa que possa ser contada facilmente numa história geral, se bem que alguns histo-

riadores o tentem fazer. A 3 de Dezembro de 1993, fiquei surpreendido com três pequenas frases numa crítica de Meir Ronnen a dois livros sobre a Primeira Guerra Mundial. A crítica foi publicada no *Jerusalem Post*, onde Ronnen escreveu: «Milhões morreram e sofreram na lama da Flandres entre 1914 e 1918. Quem se lembra deles? Mesmo aqueles que têm o nome em sepulturas são agora soldados desconhecidos.»

Nenhum livro pode por si restabelecer esse equilíbrio, apesar de alguns bons livros terem tentado fazê-lo, e entre eles, mais recentemente, em Inglaterra com Lyn MacDonald e em França com Stephanie Audouin-Rouzeau (um dos livros da crítica de Meir Ronnen; o outro é uma biografia do poeta Isaac Rosenberg, morto em combate no dia 1 de Abril de 1918). Neste livro, tentei incorporar o sofrimento dos indivíduos na narrativa de uma guerra em geral.

Martin Gilbert
Merton College
Oxford
20 de Junho de 1994

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas encorajaram-me ao longo de anos a que explorasse diferentes aspectos da Primeira Guerra Mundial, ou encaminharam-me para estantes pouco conhecidas e alguns cantos de uma vasta bibliografia. Charles Mahjoubian, sobrevivente do massacre dos arménios, encorajou-me a que incluísse esse massacre na narrativa. Dois dos meus alunos de doutorado, Martin Caedel e John Turner, escolheram a Primeira Guerra Mundial como sua «época».

Desde então, ambos publicaram livros que todos os estudiosos da guerra agradecem, e ninguém mais do que o seu antigo supervisor. A tese de doutoramento de Larry Arnn, «Winston Churchill as Minister of Munitions», foi de muito valor para um antigo chefe, e amigo de longa data.

Os meus conhecimentos bibliográficos e factuais foram acrescidos pela ajuda de vários amigos, entre os quais Clinton Bailey, David Harman, Zena Harman, Jeffrey Siegel, Sarah Meron e Simon Broadbent. Como sempre, Erich Segal foi o meu guia em todas as alusões clássicas. Outras pessoas que me forneceram informação, foram: J. W. Bakewell, Dr. Vojtech Blodig (Museu de Theresienstadt), I. L. Buxton, Andrew Baker, Robert Craig, Sir Brian Fall, Martin Greenwood (Conservador Assistente, Kenwood House), Bruce Gaynor, J. P. Gee (Comissão de Sepulturas de Guerra da Comunidade Britânica), Julie Kessler, Michael Levine,

Len Mader (Assuntos Exteriores e Comércio Internacional, Canadá), T. P. Penfold (Comissão de Sepulturas de Guerra da Comunidade Britânica), J. P. Rudman (Arquivo da Uppingham School), coronel William E. Ryan Jr (Comissão Americana de Monumentos de Batalha, Washington), Jean Saunders, Dr. Harry Shukman, Chris Thomas (Biblioteca de Referência do Banco de Inglaterra), Sir David Williams, Georgina Wilson e o Instituto Claremont, em Claremont, Califórnia. Agradeço também a ajuda bibliográfica do Professor Oleg Rzheshovski, de Moscovo, e Pauline Underwood (da Macmillan Press Ltd.). À semelhança de todos aqueles que utilizaram os arquivos do governo britânico, estou grato ao chefe e pessoal do Registo Público de Kew.

Os excertos de *Testament of Youth*, por Vera Brittain, foram incluídos com autorização de Paul Berry, seu executor literário, Victor Gollancz Ltd (para a edição britânica) e Virago Press, Londres (para a edição dos Estados Unidos).

Estou agradecido às seguintes pessoas por permissão para reproduzir poemas: a George Sassoon, pelos poemas de Siegfried Sassoon (de *Collected Poems 1908-1956*, Faber & Faber); a A. P. Watt em nome de Crystal Hale e Jocelyn Herbert, por um poema de A. P. Herbert; a Macmillan Publishers Ltd, por um poema de E. Hilton Young (de *A Muse at Sea*, Sidgwick & Jackson); e a David Higham Associates, por um poema de Herbert Read (de *Selected Poetry*, Faber & Faber).

Os mapas foram desenhados a partir dos meus fracos esboços por Tim Aspden, que lhes deu o benefício das suas capacidades cartográficas.

O texto dactilografado foi lido pelo meu antigo professor, Alan Palmer, e ficou consideravelmente melhorado (como sucedeu com os meus ensaios de aluno há quarenta anos) pelos seus conselhos e ideias. O olhar de perito do Dr. A. J. Peacock, editor de *Gun Fire, A Journal of First World War History*, foi também uma grande ajuda. Ben Helfgott chamou a atenção para pontos de estilo e conteúdo.

A revisão foi feita por Chris Bessant em Inglaterra e por Arthur Neuhauser nos Estados Unidos; estou agradecido a ambos pela sua atenção. Benjamin Buchan, na Weidenfeld and Nicolson, foi muito

útil em vários pontos do conteúdo, bem como Ion Trewin. Rachelle Gryn ajudou na busca de muitos dados difíceis, bem como Kay Thomson, que também ajudou na correspondência e críticas. Susie Gilbert dedicou ao texto, como sucede em todos os meus trabalhos, minúcia e conselhos.

CAPÍTULO I

PRELÚDIO DA GUERRA

A guerra entre as grandes potências foi muito falada na primeira década do século XX, por políticos, escritores, romancistas e filósofos, e no entanto a natureza de uma guerra europeia, em oposição aos aventureirismos coloniais, era mal compreendida. O que era conhecido eram as rápidas incursões por forças superiores contra distantes e fracos antagonistas, metralhadoras contra lanças ou massivo armamento naval contra canhões antiquados. Por mais assustadores que esses conflitos pudessem ser para quem neles tomava parte, o público em geral não pressentia nada de terrível.

Porquê temer uma guerra na Europa? Pouco antes do início da guerra, em 1914, um coronel francês, que era adolescente quando a Alemanha invadiu a França em 1870, ouvia um grupo de jovens oficiais que brindavam à perspectiva da guerra e que escarneciam da possibilidade de um conflito. Mas a risota cessou abruptamente quando lhes foi perguntado: «Vocês pensam que a guerra é sempre divertida, *toujours drôle*?» Chamava-se Henri-Philippe Pétain. Dois anos depois, em Verdun, foi testemunha de uma das piores chacinas militares do século XX.

Os militares franceses cuja mofa Pétain fez cessar abruptamente eram herdeiros de uma tradição de inimizade franco-germânica que culminara mais de quarenta anos antes, a 11 de Maio de 1871. Nesse dia, no Hotel Swan, em Frankfurt no Meno, o chanceler alemão, Otto von Bismarck, assinou o acordo que transferia a Alsácia e gran-

de parte da Lorena para a Alemanha. Nesse dia, na cidade de Metz, ocupada pelos alemães, as armas dispararam em celebração do triunfo. Na sala de aula no colégio jesuíta francês de Saint-Clément, o historiador britânico, Basil Liddell Hart, escreveu em 1931: «A mensagem das armas não precisa de intérprete. Os rapazes deram um salto. O superintendente, mais sóbrio, gritou: “*Mes enfants!*” – e depois, incapaz de dizer mais qualquer coisa, baixou a cabeça e uniu as mãos numa prece. A memória daquele terrível momento não se apagou das mentes dos estudantes.» Um desses estudantes era Ferdinand Foch, de dezanove anos, que lamentava a derrota ter sucedido antes de ele poder ser enviado para o campo de batalha.

Nem todos, na recém-unificada Alemanha, estavam satisfeitos com a vitória sobre a França. Outras ambições estavam em ebulição à medida que o império ganhava força industrial. Aspirações a uma expansão colonial, a um poder naval no mínimo à medida do da Grã-Bretanha, a influência no mundo muçulmano da Ásia, a um lugar dominante nos conselhos da Europa, intensificaram o sentido germânico de inferioridade. A Alemanha, unida apenas em 1870, tinha chegado demasiado tarde, assim parecia, à corrida pelo poder e influência, por império e respeito. A necessidade de mais guerra e de um avassalador poder militar essencial para a vencer, é a conclusão que se pode tirar do livro *Germany and the Next War* (*A Alemanha e a Próxima Guerra*), publicado por um oficial de cavalaria alemã reformado, Friedrich von Bernhardi, em 1912. Bernhardi tinha entrado como conquistador em Paris em 1870. Neste livro ele enfatiza a necessidade de a Alemanha fazer a guerra ou perder a luta pelo poder mundial. A «lei natural, em que se baseiam todas as leis da natureza», escreveu, «a lei da luta pela existência». A guerra era uma «necessidade biológica». Soldados alemães, quarenta anos mais novos do que ele, iriam em breve testar esta confiante teoria no campo de batalha, e morrer a testá-la.

A guerra de 1870 fora a última guerra do século XIX entre potências europeias. Três mil soldados foram mortos de ambos os lados na Batalha de Sedan. Na disputa civil que se seguiu em França, mais de 25 000 elementos da Comuna tinham sido executados em Paris, por franceses. Por meio deste exemplo era evidente que as guerras tinham custos em vidas humanas e os seus resultados eram imprevisíveis, tan-

tas vezes atrozes. Depois de 1870, os impérios germânico, francês, belga e britânico tinham tido a sua saga de guerra, derrota e chacinas no ultramar. O filho de Napoleão III, o príncipe imperial, estava entre as centenas de soldados britânicos mortos em 1879 pelos zulus durante e depois da Batalha de Isandlwana. Em 1894, o tenente-coronel Joffre conduziu uma coluna francesa através do Sara para conquistar Tombuctu. No virar do século, um coronel alemão, Erich von Falkenhayn, ganhou a reputação de crueldade durante a expedição internacional para esmagar a rebelião boxer na China, ocasião em que o *kaiser* Guilherme II comparou as tropas germânicas aos Hunos, cunhando assim uma frase que viria a ser usada contra eles. «À semelhança dos Hunos, que há mil anos, sob a liderança de Átila, ganharam reputação pelo modo virtuoso como vivem na tradição histórica», disse, «também o nome da Alemanha se tornou conhecido de tal forma na China que nenhum chinês se atreverá jamais a olhar com desprezo para um alemão.»¹

Estas guerras, muitas vezes distantes mas sempre sangrentas, foram um aviso para os que se deram ao trabalho de ouvir. Em 1896, o poeta e classicista britânico, A. E. Housman, expressou a crueldade da guerra no seu poema, «A Shropshire Lad» («Um Tipo de Shropshire»):

*On the idle hill of summer,
Sleepy with the flow of streams,
Far I hear the steady drummer
Drumming like a noise in dreams.*

*Far and near and low and louder
On the roads of earth go by,
Dear to friends and food for powder,
Soldiers marching, all to die.*

*East and west on fields forgotten
Bleach the bones of comrades slain,
Lovely lads and dead and rotten;
None that go return again.*

*Far the calling bugles hollo,
High the screaming fife replies,
Gay the files of scarlet follow:
Woman bore me, I will rise.²*

As advertências de Housman tiveram eco cinco anos depois, na Câmara dos Comuns, por intermédio de Winston Churchill, então com 26 anos, jovem membro do Partido Conservador no Parlamento. Tendo tido experiência de luta na Índia, no Sudão e na Guerra dos Boer, Churchill ouviu, quando regressou a Londres, pedidos para a criação de um exército capaz de enfrentar um inimigo europeu. «Tenho ficado frequentemente admirado ao saber com que compostura e fluência membros desta câmara, e até ministros, falam de uma guerra europeia», declarou a 13 de Maio de 1901, três meses depois de ter entrado para o Parlamento, e sublinhou, para marcar o seu ponto de vista, que se no passado as guerras tinham sido feitas «por reduzidos exércitos regulares de soldados profissionais», no futuro, quando «poderosas populações forem impelidas umas contra as outras», uma guerra europeia só poderá terminar «em ruína dos vencidos e num pouco menos que fatal prejuízo comercial e exaustão dos vencedores.»

A democracia, advertiu Churchill, será «mais vingativa» do que os tribunais e gabinetes de outrora: «As guerras entre povos serão mais terríveis do que as guerras de reis.» Dez anos depois, a 9 de Agosto de 1911, enquanto a febre de guerra alemã estava a crescer contra a Grã-Bretanha e a França devido à exigência alemã de um porto na costa atlântica de Marrocos, o dirigente social-democrata alemão, August Bebel, avisou o Reichstag de que uma guerra europeia podia conduzir à revolução. Troçaram dele, apelidando-o de alarmista, e um parlamentar disse: «Depois de qualquer guerra, as coisas ficam melhor!»

As rivalidades que fomentam as guerras não podem ser suavizadas pela lógica de um sentimento anti-guerra. Na primeira década do século XX houve muitas rivalidades e ressentimentos nas nações para as quais a paz, comércio, indústria e aumento da prosperidade nacional pareciam ser as verdadeiras necessidades, desafios e oportunidades. Em França, a perda de territórios anexados pela Alemanha em

1871 causou ressentimentos durante quatro décadas. O conselho dado pelo patriota francês, Léon Gambetta, «Pensem sempre nela, mas nunca falem dela», ecoou aos ouvidos dos franceses. O pano negro que cobria a estátua de Estrasburgo na Place de la Concorde, foi um lembrete visual constante da perda de duas províncias orientais. O guia de Paris de Karl Baedeker, publicado em Leipzig em 1900, fazia o seguinte comentário sobre a estátua coberta: «Estrasburgo está quase sempre coberto de crepes e grinaldas de luto para marcar a perda da Alsácia.» Por seu lado, a Alemanha tinha muitas ambições territoriais, em particular para lá da sua fronteira oriental. Desprezando a Rússia, os alemães pretendiam anexar as províncias ocidentais polacas do Império Russo, e também alargar a influência alemã à Polónia central, Lituânia e costa do Báltico. Era como se o império de Guilherme II repusesse o equilíbrio de forças que começou a quebrar-se com Pedro *o Grande* duzentos anos antes, e quarenta anos depois da sua morte, por Catarina *a Grande*.

A Rússia de Nicolau II também tinha as suas ambições, em particular nos Balcãs, pois o grande defensor de um estado eslavo, a Sérvia, lutava continuamente para alargar as suas fronteiras e chegar ao mar. A Rússia também se arvorou em defensora das raças eslavas sob domínio austríaco. Ao longo da fronteira da Rússia com a Áustria-Hungria, viviam três minorias eslavas, de quem a Rússia era a grande defensora: ucranianos, rutenos e polacos.

Governada por Francisco José desde 1848, a Áustria-Hungria pretendia manter a sua vasta estrutura imperial tentando um equilíbrio entre as suas muitas minorias. Em 1867, numa tentativa de reduzir as exigências conflituosas de alemães e magiares, Francisco José foi nomeado imperador da Áustria e rei da Hungria. Na metade austríaca desta monarquia dual tinha sido estabelecido um complexo sistema parlamentar, cujo objectivo era dar a cada minoria um lugar na legislatura³. Mesmo o desejo dos Habsburgo de não mudar nada, de não mexer em nada, chocou com o desejo de domar um irritante, que enfadava o governo austríaco no sul, o sempre crescente (pelo menos assim parecia), estado sérvio.

Na Grã-Bretanha, romancistas e colunistas, bem como almirantes e parlamentares, reflectiam os receios britânicos de uma supremacia naval germânica, acrescidos, no princípio do Verão de 1914, por

notícias da abertura iminente do canal de Kiel, que permitiria aos navios alemães movimentarem-se com segurança e rapidez desde o Mar Báltico até ao Mar do Norte. O sentimento antigermânico era um mote regular na imprensa popular. Houve também repetidos apelos ao governo liberal para que implantasse a conscrição militar, para que não se ficasse dependente, na eventualidade uma guerra, de um pequeno exército profissional. O Gabinete Liberal resistiu a esses apelos.

Os sistemas de alianças europeus reflectiam os receios de todos os estados. As duas Potências Centrais, a Alemanha e a Áustria-Hungria, estavam ligadas por laços tanto sentimentais como formais. O mesmo sucedia, em 1892, com a França e a Rússia, com quem a Grã-Bretanha tinha feito acordos para redução de conflitos. A Grã-Bretanha e a França, se bem que não aliadas por meio de um tratado, tinham assinado a Entente Cordiale, em 1904, para resolver as suas disputas no Egipto e em Marrocos, e desde 1906, faziam consultas mútuas sobre assuntos militares. Estes acordos e hábitos de consulta criaram o que passou a ser conhecido por Triple Entente: Grã-Bretanha, França e Rússia, dando às Potências Centrais a sensação de estarem cercadas. O *kaiser* alemão, Guilherme II, era particularmente sensível a isso. O seu sonho era tornar a Alemanha respeitada, temida e admirada. Neto da rainha Victoria, ressentia-se do aparente ascendente no mundo, do seu filho, Eduardo VII, e do seu neto, Jorge V, os reis-imperadores, que governavam o subcontinente indiano com centenas de milhões de súbditos.

No seu palácio de Potsdam, Guilherme estava rodeado pela memória e cerimonial do seu antecessor, Frederico Guilherme I, fundador do exército prussiano. «Até hoje», comentava Karl Baedeker em 1912, «muitos soldados, em especial os homens escolhidos nos regimentos de guarda, constituem os elementos mais característicos das ruas da cidade.» Também em Potsdam havia uma estátua equestre de Guilherme I, inaugurada por Guilherme II em 1900, com a deusa da vitória sentada em frente do pedestal. A deusa, que no tempo dos romanos tinha sido a principal divindade dos Césares, foi embelezada com relevos do príncipe quando jovem oficial em Bar-sur-Aube, em 1814, durante a guerra contra Napoleão, e da entrada triunfal dos alemães em Paris em 1871.

Era irónico que Potsdam, símbolo do poder militar germânico e montra imperial, mencionada pela primeira vez no século X, fosse, nas palavras de Baedeker, «de origem antiga eslava». Nenhum eslavo reclamava então Potsdam, mas em 1945 os russos ali se encontraram com os Aliados ocidentais como vencedores, ocupantes e pacificadores; mas o mapa da Europa pós-1900, com as suas fronteiras bem marcadas, muitas das quais inalteradas desde 1815, outras alteradas apenas em 1871, disfarçavam forças poderosas de descontentamento, muitas com uma origem étnica.

A Sérvia, sem acesso ao mar desde a sua primeira independência, várias décadas antes, como primeiro estado eslavo dos tempos modernos, pretendia um acesso ao Adriático, mas foi bloqueada pela Áustria, que em 1908 tinha anexado a antiga província turca da Bósnia-Herzegovina. Esta anexação não só desafiava o Tratado de Berlim de 1878, de que a Grã-Bretanha tinha sido um signatário, como completou o controlo austríaco de perto de 500 quilómetros de costa adriática. A Bósnia podia também servir como base militar, se surgisse a necessidade ou a oportunidade para um ataque austríaco à Sérvia.

Cada minoria dentro da Áustria-Hungria pretendia, ou uma ligação a um estado vizinho, como a Sérvia, Itália ou Roménia, ou, no caso dos checos e eslovacos, eslovenos e croatas, conseguir alguma forma de autonomia, e até aceder a um estado independente. Os polacos, sob domínio germânico, austro-húngaro e russo, nunca tinham perdido a esperança de independência, que Napoleão tinha estimulado, mas que sucessivos *kaisers*, czares e imperadores tinham reprimido durante um século.

O perigo das ambições dos eslavos para a Áustria-Hungria foi explicado a 14 de Dezembro de 1912 numa carta do chefe de Estado-Maior austríaco, barão Conrad von Hötzendorf, ao herdeiro forçado do Império dos Habsburgo, o sobrinho do imperador, arquiduque Francisco Fernando. «A unificação da raça eslava do sul», disse Conrad a Francisco Fernando, «é um dos mais poderosos movimentos nacionais que não pode ser ignorado nem contido. A única questão reside em saber se essa unificação se processará dentro das fronteiras da monarquia – ou seja, à custa da independência da Sérvia – ou sob a liderança da Sérvia, à custa da monarquia.» Se a Sérvia vies-

se a ser líder da unificação eslava, avisou Conrad, seria à custa, para a Áustria, de todas as suas províncias eslavas, e portanto de quase toda a sua linha costeira. A perda de território e prestígio envolvida no ascendente da Sérvia «relegaria a monarquia para o estatuto de pequena potência.»

Os receios de conflitos e desejos de muitos estados e povos não criaram uma guerra europeia, mas serviram como diversos detonadores que esperavam ser activados se se iniciasse uma guerra entre dois estados. A guerra, se viesse a materializar-se, seria uma irresistível oportunidade para satisfazer desejos longamente acalentados ou para vingar ódios bem nutridos. A Alemanha, tão forte industrialmente, tão confiante militarmente, desconfiava da estreita aliança entre os seus vizinhos a ocidente e a leste, a França e a Rússia. Como contrapeso, voltou-se para o seu vizinho a sul, a Áustria-Hungria, um parceiro em dificuldade, por torpe que fosse ou dividido que estivesse. A Alemanha tinha também atraído a Itália para a sua órbita, em 1882, criando a Tripla Aliança.

A visita do *kaiser* ao sultão Abdul Hamid em Constantinopla em 1898, e a sua flamejante peregrinação a Jerusalém, onde dignitários das três fés monoteístas pegaram em arcos festivos para que ele passasse a cavalo por baixo, indicaram ao Império Turco Otomano, e a todo o mundo muçulmano, que podiam considerar a Alemanha uma potência amiga. Cerca de 1914, três impressionantes edifícios de pedra erguiam-se no topo do Monte das Oliveiras, sobrepujando o Mar Morto: a igreja russa da Ascensão, símbolo do interesse de Sampetersburgo no Oriente desde 1888; a casa particular de um inglês, Sir John Gray Hill, adquirida nessa Primavera pelos sionistas para nela instalar uma universidade judaica, símbolo de nascentes aspirações nacionalistas; e o sanatório Augusta-Victoria, construído em 1909, assim chamado em honra da irmã do *kaiser*, e um monumento de confiante afirmação dos interesses e ambições germânicos.

Em 1907, a Grã-Bretanha tinha assinado um acordo com a Rússia. Apesar de o principal objectivo desse acordo ser a resolução de antigas disputas anglo-russas na longínqua Pérsia e no Afeganistão, pareceu à Alemanha que era mais uma prova do fechar do círculo à sua volta. Como sinal das suas próprias ambições no Oriente, a Alemanha tinha ido avançando desde 1899 com o caminho-de-ferro

Berlim-Bagdade e mais além, utilizando Constantinopla como ponto de passagem da Europa para a Ásia. O barco que levava viajantes, mercadorias e vagões de caminho-de-ferro da estação de Sirkeci, na margem europeia do Bósforo, para a estação de Haydar Paxá, na margem asiática, era um símbolo do empreendimento alemão.

Estavam a ser feitos planos pelos alemães para prosseguirem com o caminho-de-ferro através da Turquia asiática até aos portos de Gaza, no Mediterrâneo oriental, Acaba e o Mar Vermelho, e Baçorá, no Golfo Pérsico. Um ramal que iria para leste, a partir de Bagdade, chegaria tão longe quanto os campos petrolíferos da Pérsia, um desafio directo à influência que a Grã-Bretanha e a Rússia tinham estabelecido nessa mesma região sete anos antes. Em 1906, numa tentativa de contrariar um possível terminal ferroviário alemão em Acaba, no Mar Vermelho, a Grã-Bretanha, então a potência ocupante no Egipto, anexou aos seus territórios egípcios a zona oriental do deserto do Sinai, que pertencia à Turquia. Isso permitiria que o armamento britânico fosse transportado rapidamente do Egipto para a pequena baía de Taba, a partir de onde poderiam bombardear o terminal ferroviário e as instalações portuárias em Acaba se esses locais fossem utilizados pelos alemães contra os interesses britânicos.

Os receios germânicos de ficarem cercados baseava-se em graduais acções conjuntas, em acordos e conversações, de França, Rússia e Grã-Bretanha. Em Janeiro de 1909, um antigo chefe de Estado-Maior alemão, Alfred von Schlieffen, que se tinha jubilado quatro anos antes, publicou um artigo sobre a guerra do futuro em que chamava a atenção para a Grã-Bretanha, França, Rússia e até Itália: «Há um empenho para que essas potências se unam para fazerem um ataque concertado às Potências Centrais. No momento preciso, as pontes levadiças serão baixadas, as portas serão abertas e os exércitos de milhões de homens entrarão livremente, pilhando e destruindo tudo através dos Vosges, do Mosa, do Niemen, do Bug e mesmo do Isonzo e dos Alpes tiroleses. O perigo aparenta ser gigantesco.» Ao ler este artigo em voz alta aos seus generais, o *kaiser* comentou: «Bravo!»

Em 1911, cinco anos depois de os britânicos terem garantido a sua capacidade de destruírem pelo menos um dos terminais do caminho-de-ferro Berlim-Bagdade, dominado pelos alemães, a Grã-

-Bretanha e a França actuaram em conjunto para evitar que os alemães estabelecessem um porto em Agadir, na costa atlântica de Marrocos. Tendo uma canhoneira alemã chegado ao porto, os britânicos ameaçaram com hostilidades se não abandonassem o porto. A ameaça foi eficaz, mas o rancor que criou foi também substancial.

As percepções do público não estavam necessariamente em linha com os factos. Os comerciantes britânicos podiam fazer uso do caminho-de-ferro Berlim-Bagdade tal como os comerciantes alemães, e houve oito directores franceses na administração do caminho-de-ferro, para onze alemães. Mas a ideia de cerca de três mil quilómetros de empresa alemã atravessando a Europa, a Anatólia e as províncias árabes do Império Otomano, era preocupante, e até ameaçadora para a Grã-Bretanha, que tinha interesses particulares no Golfo Pérsico e no Oceano Índico.

Ao longo da linha férrea, apenas a Sérvia, através da qual corriam apenas 280 quilómetros, não estava na esfera de influência e alianças da Alemanha. Para a Alemanha, os impérios francês e britânico eram uma fonte de invejosa indignação, apesar de as possessões ultramarinas alemãs incluírem vastas regiões em África, e grandes extensões no Oceano Pacífico, não havendo em nenhuma delas qualquer estabelecimento particularmente activo ou exploração. Para a Alemanha, as possessões imperiais eram símbolos de poder, mais do que representavam um desenvolvimento significativo de empreendimentos e prosperidade nacionais.

Outra causa da fricção anglo-germânica, exacerbada por nacionalismos em ambos os lados do Mar do Norte, era o desejo do *kaiser* de se equiparar à Grã-Bretanha em poderio naval, mesmo que as possessões ultramarinas alemãs não exigissem uma Marinha à escala britânica. Em 1912, uma lei naval alemã, a quarta em doze anos, acrescia 15 000 oficiais e homens à já substancial força naval. O primeiro lorde do Almirantado⁴ britânico, Winston Churchill, sugeriu uma pausa mútua na expansão naval, mas a sugestão foi rejeitada pela Alemanha. O seu argumento de que uma Marinha poderosa era uma necessidade para os britânicos mas um «luxo» para os alemães, apesar de no essencial ser verdade, devido à Índia britânica e outras responsabilidades imperiais disseminadas, ofendeu os alemães, que se

consideravam no mesmo plano que os britânicos, mas apesar disso esperava-se que adoptassem uma posição de inferioridade. Por seu lado os britânicos, com receio de um sempre crescente poderio naval alemão no Mar do Norte, acolheram com satisfação a expansão naval russa: a 12 de Maio de 1914, o Gabinete britânico notou com aprovação que «o vasto incremento da armada russa no Báltico deve necessariamente facilitar a nossa posição em relação à Alemanha em águas territoriais».

A vitória da Sérvia na Primeira Guerra dos Balcãs contra a Turquia, em 1912, foi um revés para a Alemanha. O sucesso militar e territorial deste pequeno estado eslavo ameaçou não só a predominância da Áustria nos Balcãs mas também o desejo da Alemanha de ser a potência predominante na Turquia. A perda do território turco na Europa, em proveito da Sérvia, foi uma vitória para o sentimento russo. Os russos, como grandes defensores dos eslavos, e governantes das províncias polacas e bálticas adjacentes à Alemanha, estimularam a animosidade alemã. O conceito racial de teutónico contra eslavo era uma força conflitual, mas não parecia que desse conflito resultasse algum mal. A 8 de Dezembro de 1912, numa conversa com o chefe de Estado-Maior, conde von Moltke, o chefe de Estado-Maior da Marinha, almirante von Müller, e o secretário de estado da Marinha, almirante von Tirpitz, o *kaiser* disse-lhes, como Müller referiu no seu diário: «A Áustria tem de ter uma acção vigorosa contra os eslavos estrangeiros (sérvios), pois de outro modo perderá o seu poder sobre os sérvios na monarquia austro-húngara. Se a Rússia vier em apoio dos sérvios, a guerra poderá ser inevitável para nós.» A Armada alemã, acrescentou o *kaiser*, «teria de considerar uma guerra contra a Grã-Bretanha».

Durante esse encontro, Moltke sugeriu que «a aceitação popular de uma guerra contra a Rússia, conforme sublinhado pelo *kaiser*, tem de ter uma melhor preparação». O *kaiser* estava de acordo com o facto de que os jornais deveriam começar a «esclarecer o povo germânico», pois é «do mais alto interesse» para a Alemanha se desencadear uma guerra na sequência do conflito austro-sérvio. De acordo com instruções dadas pelo almirante Müller ao chanceler, Theobald von Bethmann-Hollweg, que não estivera presente no encontro: «O povo não deve estar numa posição de se interrogar ape-

nas no início de uma grande guerra europeia sobre os motivos por que irá a Alemanha lutar. O povo deve acostumar-se previamente à ideia dessa guerra.»⁵

A questão da preparação das mentes do público para aceitar a guerra era uma questão que Moltke compreendia, e isso preocupava-o. No início de 1913 foi tão longe quanto Bethmann-Hollweg, a ponto de advertir os seus homólogos austríacos para que não entrassem em guerra com a Sérvia, apesar do desejo sérvio de ocupar a Albânia. Moltke estava convencido, conforme disse ao general Conrad von Hötzendorf, chefe de Estado-Maior austríaco, a 10 de Fevereiro de 1913, de que «uma guerra na Europa virá mais cedo ou mais tarde, e nela o que estará em causa será a luta entre o mundo germânico e o mundo eslavo», e que «prepararmo-nos para essa contingência é dever de todos os estados que defendem os ideais e a cultura germânicos». Essa guerra, contudo, avisou Moltke, «necessita de um povo preparado para fazer sacrifícios e de entusiasmo popular». Esse tempo ainda não tinha chegado.

Em Junho de 1913, Churchill repetiu, numa conversa particular com o adido naval alemão em Londres, capitão E. von Müller, a sugestão de fazer uma pausa na expansão naval de ambos os lados. Müller, que não gostava dos britânicos e que não queria que o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico em Berlim, nem o *kaiser*, aceitassem a sugestão conciliatória de Churchill, perguntou ao almirante Tirpitz o que deveria fazer. Tirpitz aconselhou-o a que reportasse a conversa com Churchill de modo tão resumido quanto possível, dando assim a impressão de que Churchill pretendia apenas atrasar a expansão naval germânica por recear que a Grã-Bretanha não pudesse manter a superioridade naval que detinha na altura. Assim, a iniciativa de Churchill era distorcida de tal forma que iria influenciar a opinião do *kaiser* acerca dela. Quase um ano depois, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Gottlieb von Jagow, queixou-se ao embaixador alemão em Londres: «É muito desagradável e tendenciosa a forma como o seu adido naval dá informações. Poderá o senhor refreá-lo um pouco mais? Estas constantes diatribes e calúnias sobre a política britânica é extraordinariamente perturbadora, em especial desde que são utilizadas nas altas esferas como um argumento contra mim», isto é, pelo *kaiser*.

A crescente força alemã era visível. Na Primavera de 1913, a infantaria, que um ano antes tinha sido aumentada para 544 000 homens, aumentara mais ainda, para 661 000 homens. Em Outubro desse ano, o chanceler alemão apresentou os aumentos no exército com as palavras: «Uma coisa é indubitável, se alguma vez houver uma conflagração de *Slaventum* contra *Germanentum*, seria para nós uma desvantagem que a posição de equilíbrio de forças até aqui ocupada pela Turquia europeia, fosse agora preenchida pelos estados eslavos.»

No seguimento das guerras dos Balcãs, não era a Alemanha, mas a sua vizinha e aliada, a Áustria, que defendia a necessidade de *Germanentum* contra *Slaventum*. Como resultado da pressão austríaca, a Turquia concordou na criação de uma Albânia independente, cortando de facto o acesso da Sérvia ao Mar Adriático. Ao mesmo tempo a Grécia, governada por um rei que era casado com a irmã do *kaiser*, negou o acesso da Sérvia ao Mar Egeu, tirando à Turquia a região costeira da Trácia e anexando-a.

As diferentes nações sentiram-se lesadas, insatisfeitas, em perigo, ou confiantes. Os jornais estimulavam o sentido de perigo e de privação. Os governos agitaram os espantalhos de racismo, patriotismo e proezas militares. Enquanto os desertos e pântanos de continentes distantes pareciam oferecer perspectivas de expansão, a competição de potências rivais tornou uma simples via férrea, que atravessa um deserto, uma provocação. Nenhuma rivalidade só por si ou local ou região disputados causou a guerra: e no entanto, todas as rivalidades e disputas combinadas criaram e aceleraram os sentimentos e a oportunidade que tornaram a guerra imaginável, portanto possível, e por fim desejável. «Estou farto de guerra e de clamores pela guerra e dos armamentos perenes», disse Bethmann-Hollweg a um amigo numa altura de irritação em Junho de 1913. «É altura de as grandes nações se acalmarem e de se ocuparem com questões pacíficas, ou haverá uma explosão que ninguém deseja e que será em detrimento de todos.»

Ganância territorial e conquistas com sucesso desempenharam o seu papel no continuado conceito de uma guerra desejável. Depois da vitória sobre a Turquia, em 1912, a Itália anexou a vasta província da Líbia, no norte de África, que era turca. Um ano depois, a

Bulgária, tendo derrotado também os turcos, conseguiu uma saída para o Mar Egeu, com acesso ao Mediterrâneo. A Sérvia, sem acesso ao mar, considerando que o domínio austríaco sobre a Bósnia e a costa da Dalmácia era uma tentativa deliberada para lhe negar o acesso ao Mar Adriático, ocupou a Albânia, na Segunda Guerra dos Balcãs, em menos de dois anos. Assim, a Sérvia adquiriu, momentaneamente, uma considerável linha de costa no Adriático.

Em Outubro de 1913 celebrou-se o centésimo aniversário de uma das maiores vitórias militares alemãs: a derrota de Napoleão em Leipzig, pela Prússia, Áustria e Suécia, na Batalha das Nações⁶. Para comemorar esse triunfo, o *kaiser* inaugurou um monumento à vitória, numa cerimónia preparada para enfatizar as tradicionais e históricas proezas militares da Alemanha. Entre os presentes na cerimónia estava o chefe de Estado-Maior austríaco, general Conrad, a quem o *kaiser* expressou o seu apoio em qualquer acção da Áustria para obrigar a Sérvia a sair da Albânia. «Estou ao seu lado nesse ponto», confidenciou o *kaiser*. As outras potências não estavam preparadas. «Dentro de poucos dias os senhores devem estar em Belgrado. Sempre fui partidário da paz, mas a paz tem os seus limites. Li muito acerca da guerra e sei o que significa. Mas quando se coloca a situação de uma grande potência já não poder ficar a olhar, a espada tem de ser desembainhada.»

A ocupação da Albânia pela Sérvia foi um triunfo efémero. A 18 de Outubro de 1913, o governo austríaco enviou um ultimato a Belgrado, exigindo a evacuação da Albânia pelas tropas sérvias num prazo de oito dias. Os sérvios cumpriram. Nesse dia, um diplomata britânico, Eyre Crowe, notou com verdade e uma certa precisão: «A Áustria saiu do concerto das potências para tentar conseguir sozinha uma solução para uma questão até aqui tratada como dizendo respeito a todas as potências.» No dia seguinte, o ministro provisório dos Negócios Estrangeiros alemão, Dr. Alfred Zimmermann, disse ao embaixador britânico em Berlim, Sir Edward Goschen: «Ficou surpreendido pelo facto de o imperador da Áustria ter adoptado uma política que, em certas circunstâncias, pode conduzir a sérias consequências, mas fê-lo, e deixou bem claro que aconselhar moderação a Viena por parte da Alemanha estava fora de questão.»

Nestas últimas palavras reside o segredo de uma guerra europeia. Depois de ter sido enviado o ultimato da Áustria, o *kaiser* enviou um telegrama de felicitações, tanto ao imperador Francisco José como ao herdeiro forçado de Francisco José, o arquiduque Francisco Fernando. Essa aprovação germânica, comentou Eyre Crowe em finais de Outubro de 1913, «confirma a impressão de que a Alemanha, fazendo de conta que desaprovava e lamentava a atitude austríaca, tinha de facto encorajado o seu aliado.» Notou-se na Áustria que nenhum jornal russo sugeriu que a Rússia devia tomar uma atitude em favor da Sérvia que pudesse conduzir a um conflito entre a Rússia e a Áustria.

A Áustria-Hungria dava claros indícios externos de permanência e confiança. «É difícil pensar sem a Áustria», disse Bismarck em 1888. «Um estado como a Áustria não desaparece.» A 2 de Dezembro de 1913, foi celebrada em Viena uma missa solene para assinalar o sexagésimo quinto aniversário da subida ao trono do imperador Francisco José. Nenhum soberano europeu mantivera a autoridade real durante tanto tempo. Mas não podia refrear as aspirações nacionalistas do seu povo nem evitar que alguém de fora as encorajasse. De todas as principais potências, a Rússia era a que mais activamente agitava os ânimos. A 19 de Janeiro de 1914, o governador austríaco da Galícia reportou ao Ministério do Interior em Viena: «Recentemente, a agitação do partido russófilo... avivou-se... A contínua russificação da Galícia, ajudada pelos ortodoxos, exige uma maior atenção por parte dos oficiais administrativos se foram capazes de a combater.»

Nos primeiros meses de 1914, na constante busca de fontes de *fuel-oil*, essencial para manter os mais modernos navios de guerra em funcionamento, a Grã-Bretanha adiantou-se aos alemães ao negociar uma quota predominante nos campos petrolíferos da Pérsia, para onde os construtores da via férrea alemã tinham apontado o rumo e as obras. Mas na mesma altura, como responsável pela Marinha britânica, Winston Churchill, que por duas vezes propusera uma pausa anglo-germânica na construção naval, sugeriu aos seus colegas seniores⁷ do Gabinete que se organizassem conversações secretas com o seu homólogo alemão, almirante Tirpitz. O seu objectivo, explicou Churchill, era acabar com «a perniciosa concentração de armadas em

águas domésticas». O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Sir Edward Grey, rejeitou essa sugestão, argumentando que se houvesse uma fuga de informação, «circulariam os piores relatórios e ficaríamos envolvidos em constantes explicações a embaixadores e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em desmentidos à imprensa sobre as coisas que nos seriam atribuídas». Prevaleceu a posição de senioridade de Grey.

Apesar desta rejeição de conversações anglo-germânicas, a guerra parecia ser improvável na Primavera e Verão de 1914. As disputas entre estados soberanos podiam ser apresentadas, para resolução, ao Tribunal Internacional de Haia, um tribunal estabelecido em 1900 e que era um símbolo da determinação do mundo civilizado em não permitir que esse mundo se visse envolvido em conflitos destrutivos mútuos. Socialistas por toda a Europa denunciaram o próprio conceito de guerra e tentaram persuadir a classe trabalhadora em todo o lado a recusar tomar parte nos entusiasmos de guerra capitalistas. Banqueiros e financeiros, como a aristocracia rural com quem estavam em competição, sentiram que faziam parte de um agrupamento internacional mais vasto, que, quer por meio de acções comerciais num caso ou de uniões matrimoniais no outro, não tinham nada a ganhar com a guerra, mas tinham muito a perder. Foram feitos acordos que transformaram rivalidades em cooperação: a 13 de Agosto de 1913, os britânicos e os germânicos tinham negociado secretamente a criação de potenciais esferas de influência nas possessões africanas portuguesas em África. O acordo, para um eventual controlo anglo-germânico de Angola e Moçambique, teve início a 20 de Outubro de 1913, dois dias depois do ultimato «albanês» da Áustria à Sérvia. Parecia não haver qualquer razão para que uma crise nos Balcãs, mesmo sendo iniciada por uma potência europeia perto da Alemanha, pudesse inibir as relações anglo-germânicas.

A nível político, um escritor britânico, Norman Angell, no seu livro *The Great Illusion*, argumentou que mesmo uma potência guerreira vencedora sofreria extraordinárias perdas económicas e financeiras como resultado da guerra. A sua advertência, publicada inicialmente em 1909, foi traduzida para francês, alemão, italiano e russo, e em 1913 tinham sido feitas mais de dez edições em língua inglesa. Angell enfatizava que as grandes nações industrializadas,

Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha e França, estavam «a perder o impulso psicológico para a guerra, tal como perdemos o impulso psicológico para matar os nossos vizinhos com base em diferenças religiosas». Como poderia ser de outro modo?, perguntava ele. «Como pode a vida moderna, com a sua esmagadora proporção de actividades industriais e a sua infinitesimal proporção de equipamento militar, manter vivos os instintos associados a guerras em vez dos que se relacionam com a paz?» Até mesmo os Junker⁸ prussianos «se tornaram menos energúmenos, passando a ser mais científicos».

Angell estava longe de estar isolado ao apontar que as potências cujas rivalidades tornaram as suas populações tão desejosas de guerra estavam elas próprias estreitamente ligadas por interdependências industriais e de mercado livre. Em Junho de 1914, foi uma companhia de investidores conjuntamente britânicos e germânicos que conseguiu direitos exclusivos de exploração de petróleo na Mesopotâmia. Navios de todas as nações europeias transportavam nos seus porões produtos de campos petrolíferos e fábricas de outras nações. Automóveis e camiões alemães, franceses, britânicos e russos, que na eventualidade de guerra transportariam tropas e mantimentos, funcionavam graças a magnetos Bosch, feitos exclusivamente na Alemanha, e eram importados por fabricantes de veículos em todos os países europeus. Se houvesse guerra e o abastecimento de magnetos fosse interrompido, esta pequena mas crucial peça teria de ser reinventada e depois fabricada desde o início.

A acetona, solvente usado na manufactura de cordite, o componente explosivo dos projecteis, é outro exemplo da interdependência entre os estados europeus. Era produzida na sua quase totalidade por destilação de madeira. A Alemanha e a Áustria eram dois dos principais países exportadores de madeira, sendo os outros dois o Canadá e os Estados Unidos. Uma tonelada de acetona requeria pelo menos oito toneladas de madeira de bétula, faia ou ácer. Todas as florestas britânicas em conjunto não poderiam fornecer um mínimo de cem toneladas necessárias todos os anos na eventualidade de haver uma guerra. A madeira importada era um componente essencial da capacidade bélica. Seis meses depois do início da guerra, as necessidades britânicas de acetona sintética tornaram-se urgentes, dando à ciência um papel primordial, mas só em Fevereiro de 1916

o processo de produção sintético estava instalado. Uma área de total monopólio germânico era a manufactura de binóculos. Em Agosto de 1915, a Grã-Bretanha foi obrigada a recorrer a um intermediário suíço para adquirir 32 000 pares de binóculos alemães para a Frente Ocidental.

Não só a interdependência comercial e o aumento de viagens e turismo desde o início do século, mas também o facto de quase todos os chefes de estado europeus estarem relacionados uns com os outros pelo matrimónio, criaram vínculos que pareciam ser inquebráveis. O *kaiser* alemão e o seu primo por casamento, o czar russo, trocavam regularmente correspondência amigável, dirigindo-se um ao outro, em inglês, como «Willie» e «Nick». A correspondência entre eles nunca revelou excessos ou inimizade. Mas a contínua constituição de exércitos e armadas, o desenvolvimento de nova ciência de guerra aérea e as rivalidades nacionais das potências europeias continham germes que não podiam ser mascarados por correspondência amigável, comércio livre ou senso comum.

Nos primeiros meses de 1914, os russos zangaram-se quando o *kaiser* enviou um oficial superior alemão, o general Liman von Sanders, à Turquia como consultor militar do exército otomano. A 12 de Maio de 1914, em Carlsbad, o chefe de Estado-Maior alemão, conde Moltke, disse ao seu homólogo austríaco, barão Conrad, que qualquer atraso na guerra com a Rússia «significava uma redução das nossas possibilidades; não podemos competir com a Rússia em massas». Ao viajar oito dias mais tarde, de carro, de Potsdam para Berlim, Moltke disse ao secretário de estado alemão, Gottlieb von Jagow, que receava que a Rússia tivesse em dois ou três anos conseguido o seu máximo poder em armamentos de guerra, e que a Alemanha não tinha alternativa que não fosse «desencadear uma guerra preventiva de modo a derrotar o inimigo enquanto havia uma possibilidade de vencer». O conselho de Moltke a Jagow durante a viagem foi de que o secretário de estado deveria «orientar a sua política para a mais ínfima provocação de guerra».

A 29 de Maio, o coronel House, emissário do presidente Wilson, escreveu ao presidente, de Berlim: «A situação é extraordinária. O militarismo anda à solta. A não ser que alguém que actue em seu nome traga um novo entendimento, mais tarde ou mais cedo vai haver um

terrível cataclismo.» Ninguém na Europa parecia conseguir esse acordo, avisou House. «Há demasiado ódio, demasiadas invejas. Quando a Grã-Bretanha o consentir, a França e a Rússia lançam-se sobre Alemanha e a Áustria. A Grã-Bretanha não quer que a Alemanha fique totalmente destruída, pois a ser assim terá de enfrentar sozinha a sua antiga inimiga, a Rússia; mas se a Alemanha continuar a insistir em aumentar constantemente o seu poder naval, então a Grã-Bretanha não tem escolha.» Ao chegar a Londres, House disse ao ministro dos Negócios Estrangeiros britânico como, em Berlim, «o ar parece estar cheio de ruídos de armas, de prontidão para ataque».

Na altura em que o coronel House escrevia e dizia estas palavras premonitórias, a Grã-Bretanha e a Alemanha negociavam o Acordo de Caminho-de-ferro de Bagdade, para partilha de oportunidades económicas e para evitar conflitos territoriais na Ásia Menor. Mas os benefícios económicos da paz não eram os únicos com que se argumentava nesse Verão. Em princípios de Junho, o chanceler alemão, Bethmann-Hollweg, disse ao ministro bávaro em Berlim, conde Hugo von Lerchenfeld, que havia círculos na Alemanha que esperavam que a guerra levasse a uma melhoria na situação doméstica na Alemanha, «numa direcção conservadora». Contudo, Bethmann-Hollweg pensava que «pelo contrário, uma Guerra Mundial, com as suas consequências incalculáveis, podia fortalecer o tremendo poder da Social Democracia, pois prega a paz, e derrubaria mais de um trono».

A 11 de Junho, na Caen Wood House, num dos mais elegantes subúrbios da parte norte de Londres, foi trazida especialmente de Viena uma orquestra para actuar num espectacular jantar e baile. O anfitrião era o grão-duque Miguel, tetraneto de Catarina *a Grande* e primo em segundo grau do czar. Os convidados eram aristocratas e nobreza da Europa, com destaque para o rei Jorge V e a rainha Maria. Os convidados e os músicos que tocavam para eles, não tinham qualquer motivo para sentirem outra coisa que não fosse comodidade e bem-estar. No entanto, no meio daquela calma e satisfação, espreitavam terríveis perturbações.

Para os eslavos da Áustria-Hungria, bem como para os sérvios no seu reino independente, a Rússia czarista, governada pelo primo do grão-duque, era um patrono bem-vindo. Em Maio de 1914, um destacado membro checo do parlamento austríaco, o Dr. Karel Kramar,

tinha enviado a um amigo russo as suas opiniões sobre «uma confederação eslava dirigida de Sampetersburgo» que teria existência depois da guerra entre a Rússia e a Áustria, mal o sistema Habsburgo entrasse em colapso durante a guerra.

Havia um sentimento de instabilidade por toda a vasta estrutura austro-húngara. O chefe da Monarquia Dual, o imperador da Áustria e rei da Hungria, Francisco José, tinha oitenta e três anos de idade. Dizia-se que ao seu sobrinho e herdeiro, o arquiduque Francisco Fernando, desagradava sobremaneira a predominância húngara no seu reino, de tal modo que tinha planos para subdividir o império de tal modo que a metade húngara deixaria de ser uma reserva húngara, dando aos sérvios e croatas muito maior autonomia. Na Primavera de 1914, o arquiduque tinha em mente, pelo menos, um futuro «Parlamento do Povo» para a Hungria, que reduziria substancialmente a influência húngara, acrescentando o poder das várias minorias não húngaras na Hungria, incluindo dois grupos eslavos, os eslovaacos e os croatas.

A 12 de Junho de 1914, o *kaiser* foi passar um fim-de-semana a Konopischt, perto de Praga, para estar com Francisco Fernando. Era um tempo de relaxamento e caça. O principal tópico para conversações sérias era a recente afeição do *kaiser* pelo primeiro-ministro húngaro, conde Tisza, cuja influência desagradava a Francisco Fernando. O *kaiser* e o herdeiro discutiram também a visita, nesse mesmo fim-de-semana, do czar russo à família real romena em Constança, no Mar Negro. O arquiduque terá perguntado ao *kaiser*, mas muito de passagem, se a Alemanha continuava a desejar, como o *kaiser* tinha dado a entender durante a crise albanesa, oito meses antes, dar apoio à Áustria-Hungria na destruição dos «vespeiros» sérvios a partir dos quais, era esse o convencimento da Áustria, o sentimento anti-austriaco estava a ser açulado na Bósnia-Herzegovina. O *kaiser* respondeu que a Áustria devia tomar uma acção antes que a situação piorasse. Punha em dúvida que a Áustria tivesse razões para reechar a intervenção russa em apoio da Sérvia, pois o exército russo não estava ainda preparado para a guerra. A acção austríaca contra a Sérvia, assim parecia, teria o apoio total da Alemanha.

O *kaiser* saiu de Konopischt para o seu palácio em Potsdam. Nove dias depois estava em Kiel para a regata anual de Elbe, a Semana de Kiel, tempo para corridas, bailes e divertimento. Apesar de o recém-aberto canal de Kiel representar uma ameaça germânica à Grã-Bretanha, uma esquadra de navios de guerra britânicos foi apresentada como convidada de honra, ficando os seus quatro couraçados e três cruzadores ancorados ao lado da Frota Imperial De Alto Mar alemã. Oficiais e marinheiros de ambas as armadas trocaram entusiásticas saudações, enquanto passeavam pelos navios uns dos outros, apreciando a pompa. Estiveram juntos no enterro de um piloto britânico morto num acidente aéreo durante as festividades.

A bordo do seu iate de corrida, o *Meteor V*, o *kaiser* era o centro do esplendor da regata. A 26 de Junho, com o seu uniforme de almirante da esquadra britânica, foi a bordo do couraçado *King George V*. Tecnicamente, ele era o oficial da Marinha Real, ali presente, mais graduado. Durante a visita, houve um incidente burlesco: o conselheiro da embaixada britânica em Berlim, Sir Horace Rumbold, tinha propositadamente vestido uma jaqueta e posto um chapéu alto. O «Almirante da Esquadra» decidiu que o diplomata não estava convenientemente vestido. Apontando para o chapéu alto, disse: «Se volto a ver isso, esborracho-o. Não se usam chapéus altos a bordo de navios.»

Na noite de 27 de Junho, o comandante da esquadra britânica deu uma recepção a bordo do *King George V* para os oficiais germânicos. Rumbold recordou, poucas semanas depois, como era possível, enquanto decorria a regata, «eu não ter ficado impressionado com a grande cordialidade que havia entre os alemães e os nossos marinheiros». No dia seguinte, 28 de Junho, havia uma corrida de iates, seguida com o mesmo entusiasmo tanto por espectadores alemães como britânicos. O próprio *kaiser* participava na corrida, no seu iate *Meteor*. Enquanto estava na baía de Kiel, uma lancha foi entregar-lhe um telegrama, colocado numa caixa de cigarros e lançada para bordo do iate. O *kaiser* leu-o: o arquiduque Francisco Fernando, seu convidado em Konopischt duas semanas antes, o herdeiro dos Habsburgo, tinha sido assassinado na capital da Bósnia, Sarajevo, juntamente com a sua mulher. A corrida foi cancelada, encerrou-se também a Semana de Kiel, e o *kaiser* regressou apressadamente ao seu palácio em Potsdam.